

Petróleo Hoje, 14 de Dezembro de 2022

Especialistas defendem intervenção nos preços de combustíveis, mas sem subsídios

Especialistas defendem instrumentos de compensação que não sejam subsídios permanentes para atenuar a volatilidade do mercado internacional

Por: Sabrina Lorenzi

O mecanismo amortecedor de preços dos combustíveis, objeto do projeto de lei aprovado neste ano no Senado que ganha força com o governo eleito, é visto como solução para estancar a volatilidade. A proposta final do PL cria a Conta de Estabilização dos Preços dos Combustíveis (CEP), um fundo com o objetivo de frear a alta dos preços dos produtos derivados do petróleo. O PL 1472/2021, no entanto, parou na Câmara dos Deputados.

O relator do projeto, o senador Jean Paul Prates, é cotado para assumir um dos importantes cargos do futuro governo na área de energia – seu nome foi citado para a presidência da Petrobras e para assumir o Ministério de Minas e Energia. Na ocasião, Prates defendeu que o sistema de bandas de preço é mais eficiente e confiável para estabilizar os preços do que cortar impostos ou criar subsídios para o setor de petróleo.

“Estamos aqui diante da principal ferramenta. Tudo o mais é acessório a essa conta de estabilização, porque a conta de estabilização mexe no preço principal. Isentar ou desonerar impostos pode ser consumido numa simples alta de preço ou numa guerra como esta, em que o preço dá um salto de 10 dólares num dia só ou mais. Consome tudo isso”, afirmou o senador.

Para Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a iniciativa de não repassar de forma imediata a volatilidade dos preços para o bolso do consumidor é correta. “Não é política de preço, é política pública”, disse o consultor.

Pires lembra da criação da Cide, que surgiu como imposto regulatório durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, mas que acabou por se tornar um imposto arrecadatório na era petista. Seria uma inspiração para a época atual, portanto, o imposto elevado em tempos de petróleo em queda e a redução da alíquota em época de cotações elevadas do petróleo, criando assim o chamado colchão para evitar oscilações abruptas e exageradas.

Na mesma linha, o professor do Instituto de Energia da PUC-RJ, Edmar Almeida, também defende uma política de impostos flexível. Segundo ele, o uso de impostos influencia o preço na bomba mas não distorce o funcionamento do mercado. Um fundo de estabilização de preços, na sua opinião, é de difícil implementação e tem elevado custo regulatório. Porque terá que criar transferências de recursos do governo para as empresas, que não necessariamente vão repassar o benefício para o consumidor final.

“O problema é que quando sobem os preços, esses fundos se descapitalizam rapidamente, e depois se precisa de subsídios do Tesouro para capitalizá-los... A experiência do Peru, Chile, Colômbia, demonstram claramente que fundos acabam se tornando problema fiscal dos países”, afirmou Almeida.

Já o ex-presidente do Cade, Gesner Oliveira, professor da FGV que coordena o Centro de Estudos de Infraestrutura e Soluções Ambientais, avalia que “não parece sensato dar reajuste de total de variações elevadas de preço. Pode-se por exemplo dar a metade do reajuste (internacional) e a outra metade se banca com fundo de estabilização. E isso depois poderá ser compensado, quando acabar a guerra por exemplo”.

Link para a matéria original:
<https://petroleohoje.editorabrasilenergia.com.br/especialistas-defendem-intervencao-nos-precos-de-combustiveis-mas-sem-subsidios/>